

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO:

Através da presente, os membros efetivos do Conselho de Administração e da Diretoria da **SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A. ("Companhia")** encaminham para apreciação dos acionistas, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no próximo dia 29 de abril de 2016, às 14:00 horas, em primeira convocação, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 6.404/76, os documentos e matérias a seguir descritas.

A) Em Assembleia Geral Ordinária:

- 1) **Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;**
- 2) **Deliberar sobre a destinação do prejuízo acumulado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015;**

2.1 Tendo em vista o Prejuízo apresentado no exercício de 2015, no valor **R\$10.528.527,35 (Dez milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quinhentos e vinte e sete Reais e trinta e cinco centavos)**, o mesmo, obrigatoriamente, será absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem, conforme previsto no artigo 189, parágrafo único da Lei 6.404/76. Por sua vez, os membros do Conselho de Administração e Diretoria propõem o que se segue:

2.1.1 Reverter o valor de **R\$ 7.378.948,42 (sete milhões, trezentos e setenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito Reais e quarenta e dois centavos)**, proveniente da reserva de contingência para reforço do capital de giro constituída pela AGO, realizada em 30 de abril de 2015;

2.1.2 Reverter o valor de **R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de Reais)**, oriundos do saldo das reservas de investimentos igualmente constituídas pela AGO de 30 de abril de 2015 não realizados.

2.1.3 Assim, a soma do Prejuízo informado no item 2.1 acima com as reversões do subitem 2.1.1 e do subitem 2.1.2 perfaz o montante de **R\$ 14.850.421,07 (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e vinte e um Reais e sete centavos)**, o qual terá a seguinte destinação:

- a) **R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de Reais)** para investimentos na migração tecnológica da área técnica da Empresa e consolidação do projeto de "Desenvolvimento e

Aperfeiçoamento de Sistemas de Gestão Corporativa”, iniciado em 2009, com o objetivo de otimizar custos da **Companhia**;

b) R\$ 13.850.421,07 (treze milhões, oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e vinte e um Reais e sete centavos) para reforço e preservação do capital de giro da **Companhia**, por conta de inadimplências nos serviços prestados;

3) Eleger os membros do Conselho de Administração, que terão mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária em 2017, e fixar o montante da remuneração dos administradores;

3.1 Para compor o Conselho de Administração da Companhia:

a) Jaime Rotstein, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CONFEA-CREA/RJ sob o nº 200164213-0 e CPF sob o nº 003.520.127-49, residente e domiciliado na Rua Leôncio Corrêa, nº 273, Bairro Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.450-120;

b) Daniel Bergman, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CRA/RJ sob o nº 02.61047-7 e no CPF/MF sob o nº 055.268.477-56, residente e domiciliado na Avenida Lavandisca, nº 31, apartamento nº 141, Bairro Moema, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.515-010;

c) Carolina Rotstein Schor, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 26581194-3, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 087.091.507-06, residente e domiciliada na Rua Almirante Guilhem, nº 454, bloco 2, apartamento nº 1.204, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.440-000.

3.1.2 Caso os membros, acima indicados, sejam aprovados e (re)eleitos pelos acionistas, serão empossados mediante assinatura do competente termo em livro próprio.

3.2 Para remuneração global mensal dos Administradores:

3.2.1 Propõem aos acionistas a fixação do montante global mensal de até **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil Reais), para remuneração dos Administradores, ficando a critério e a cargo do Conselho de Administração a sua distribuição.

B) Assuntos legais:

A seguir, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da **Companhia**, através do **Presidente** abaixo signatário, informaram que foram cumpridas todas as exigências legais e formais para realização desta Assembleia Geral, em especial quanto à apresentação dos Anexos I e II,

contendo as informações exigidas na Instrução CVM nº 481/09, em seus artigos 9º, inciso II e 12º, inciso II, que são apresentadas, novamente, neste momento, aos acionistas.

Rio de Janeiro/RJ, 30 de março de 2016.

Jaime Rotstein
Presidente

ANEXO I

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

R: Não se aplica.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

R: Não se aplica.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

R: Não se aplica.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

R: Foram distribuídos **R\$4.000.000,00 (quatro milhões de Reais)** referentes a lucro de exercício anterior, com os seguintes valores por ação abaixo discriminados:

Tipo	Quantidade de Ações	Dividendos Vr. Líquido
ON	856.000	1.322.661,40
PA	763.200	1.297.197,07
PB	812.000	1.380.141,53
	2.431.200	4.000.000,00

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de

cada espécie e classe:

R: Não se aplica.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

R: Não se aplica.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

R: Não se aplica.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

R: Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

R: Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

R: Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores

Exercícios (em milhares de reais)					
Discriminação		2015	2014	2013	2012
Lucro* (em milhares de reais)			7.087	9.590	99.890
Ações					
Tipo	Qtd				
ON	856.000		2,737761294	3,704506353	38,153633997
PA	763.200		3,011537423	4,0749569887	41,968997397
PB	817.300		3,011537423	4,0749569887	41,968997397
Total	2.431.200				

*Lucro do período antes da reversão dos juros sobre capital próprio

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 03 (três) exercícios anteriores.

Exercícios		2015	2014	2013
Dividendos (em milhares de reais)			4.000	30.000
Ações				
Tipo	Quantidade			
ON	856.000		1,545165177	30,584347998
PA	763.200		1,699681695	33,642782029
PB	812.000		1,699681695	33,642782029
Total	2.431.200			
J.C.P.			3.000	3.500
Ações				
Tipo	Quantidade			
ON	856.000		1,158873883	1,336852465
PA	763.200		1,274761271	1,470537712
PB	812.000		1,274761271	1,470537712
Total	2.431.200			

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R: Não se aplica.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

R: 5% sobre o lucro líquido do exercício

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

R: Cada ação preferencial tem direito ao recebimento de dividendos, pelo menos 10% (dez por cento) superiores ao que for atribuído a cada ação ordinária. As ações preferenciais de classe "A" têm direito ao recebimento de dividendos fixos e prioritários, correspondentes a 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor unitário e as de classe "B" conferem prioridade, que será de segundo grau em relação às de classe "A", na percepção de um dividendo mínimo de 10% (dez por cento), também sobre o respectivo valor unitário.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

R: Não houve lucro no exercício para o pagamento de dividendos fixos ou mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

R: Não se aplica.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

R: Não haverá pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

R: Não haverá pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015.

10. Em relação ao dividendo obrigatório.

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

R: A distribuição de dividendos às ações ordinárias e preferenciais não poderá ser inferior a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido, obedecidas as prioridades e obedecidos os percentuais mínimos informados. Cada ação preferencial tem direito ao recebimento de dividendos, pelo menos, 10% (dez por cento) superiores ao que for atribuído a cada ação ordinária. As ações preferenciais de classe "A" têm direito ao recebimento de dividendos fixos e prioritários, correspondentes a 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor unitário. As ações preferenciais de classe "B" conferem prioridade, que será de segundo grau em relação às de classe "A", na percepção de um dividendo mínimo de 10% (dez por cento), também sobre o respectivo valor unitário.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

R: Não haverá pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015.

c. Informar o montante eventualmente retido

R: Não haverá pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a. Informar o montante da retenção

R: Não haverá pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

R: Não haverá pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015.

c. Justificar a retenção dos dividendos

R: Não haverá pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2015.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingência.

a. Identificar o montante destinado à reserva

R: O montante destinado à reserva de contingência é de **R\$ 13.850.421,07 (treze milhões, oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e vinte e um Reais e sete centavos).**

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

R: Inadimplência de clientes em contratos iniciados em 2013, 2014 e 2015.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

R: Suportar prováveis perdas decorrente de inadimplência.

d. Justificar a constituição da reserva

R: Admite-se que um índice de 3,12% da receita bruta para inadimplência é aceitável para a atividade da Companhia.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

R: Não houve constituição de reserva a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

R: Não houve constituição de reserva a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

R: Artigo 35: A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, apresentará proposta à Assembleia Geral quanto à destinação a ser dada ao lucro líquido, apurado após o atendimento às deduções exigidas pela lei e determinadas neste Estatuto.

Parágrafo Único: A proposta da Diretoria deverá destinar o lucro líquido na seguinte ordem:

a) uma parcela de 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, até que este atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social;

b. Identificar o montante destinado à reserva

R: Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

c. Descrever como o montante foi calculado

R: Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção

R: Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2016

Investimentos na migração tecnológica	R\$ 1.000.000,00
Aplicações	R\$ 1.000.000,00

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva

R: Não foram constituídas reserva de incentivos fiscais

b. Explicar a natureza da destinação

R: Não foram constituídas reserva de incentivos fiscais

RIO DE JANEIRO

Rua Voluntários da Pátria, 45
salas 501 a 504, 7º ao 9º andar e salas 1001 a 1003
Botafogo Rio de Janeiro RJ 22270-900
Tel.: 55.21.2102 7100 Fax: 55.21.2527 9807
sondotecnica@sondotecnica.com.br
CNPJ: 33.386.210/0001-19

SÃO PAULO

Av. Rouxinol, 55 - 10º andar
Salas 1001 a 1007 - 1013 e 1014
São Paulo SP 04516-000
Tel.: 55.11.3054 6030 Fax: 55.11.3054 6036
sondosp@sondotecnica.com.br
CNPJ: 33.386.210/0011-90

BRASÍLIA

SCS, Quadra 1, Bloco G
Edifício Baracat, Sala 903
Brasília DF 70309-900
Tel.: 55.61.3223 2916 Fax: 5.61.3223 2918
sondotecnica@sondotecnica.com.br
CNPJ: 33.386.210/0038-00

ANEXO II

(ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09)

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME PRECONIZA O ART. 9 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A atuação da Empresa continua pautando-se por um conservadorismo operacional praticado de forma cada vez mais pragmática, possibilitando que o desenvolvimento de suas atividades se faça de forma contínua e sustentada, evoluindo dentro dos parâmetros setoriais de crescimento dos negócios, segundo comprovam estudos estatísticos realizados por revistas especializadas.

Importante registrar que o processo de contínuo crescimento patrimonial da Sondotécnica apoia-se em bases financeiras sólidas, visto que a Empresa, a exemplo de exercícios anteriores, continuou não recorrendo a qualquer forma de alavancagem financeira ou de financiamentos bancários para o desenvolvimento de suas atividades, durante o exercício de 2015.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou cotas

O confronto Patrimônio Líquido x Passivo Total continua mostrando uma estrutura de capital cada vez mais consolidada, traduzida por uma relação superior a 2 vezes.

i. Hipóteses de Resgate.

Não há previsão de resgates

ii. Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate.

Prejudicada, em consequência da resposta anterior.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os níveis de recursos próprios com que a Empresa atuou em 2015 continuam em patamares elevados de liquidez frente às suas obrigações financeiras.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

Como já explicitado neste documento, o perfil financeiro da Sondotécnica caracteriza-se pela utilização exclusiva de recursos próprios. Acrescente-se que as reservas de caixa da Empresa continuam, a exemplo de 2014, lastreadas em aplicações de comprovada liquidez.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Empresa não apresenta deficiência de liquidez. A geração de caixa resultante do desenvolvimento dos seus negócios, associada a baixos índices de endividamento, propicia a cobertura necessária e tempestiva das suas obrigações.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A Empresa não utiliza recursos oriundos de empréstimos e financiamentos. As obrigações correntes, que constituem o Passivo da Sondotécnica, são inteiramente atendidas com recursos próprios. Ao longo do exercício de **2015**, o endividamento da Empresa, comparativamente ao seu Patrimônio líquido, registrou posições ainda mais confortáveis, quando confrontadas com as registradas em **2014**. (37,5% para o caso do Passivo Circulante e 4% em relação às obrigações registradas no Passivo Não Circulante)

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Empresa não recorre a financiamentos de qualquer espécie, oriundos de instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe qualquer grau de subordinação entre dívidas. Os direitos de recebimento relacionados aos compromissos financeiros da Empresa são iguais.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário.

A Empresa não está submetida a quaisquer tipos de limitações relacionadas a endividamento, contratação de novas dívidas, alienação de ativos e emissão de valores mobiliários. Igual princípio se

aplica à distribuição de dividendos e à alienação de controle acionário, que estão exclusivamente subordinados à regulamentação estatutária.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Empresa não tem financiamentos contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras (valores em milhares de reais)

Receita Líquida: em 2015, a receita líquida de serviços atingiu **R\$ 111.363**, que, comparativamente ao exercício anterior, representou uma diminuição de 29%, expressando alteração em relação à média do último triênio. Esta diminuição deve-se principalmente ao término de diversos contratos.

Custo dos Serviços Prestados: representaram, em 2015, 84% da receita bruta, mantendo a trajetória em relação à receita bruta observada nos dois últimos exercícios.

Lucro Bruto: atingiu, em 2015, o valor de **R\$ 17.936**, representando uma rentabilidade de 14% sobre a receita bruta. Esse percentual expressa a média alcançada pela Empresa nos três últimos exercícios, período em que o perfil já foi de permanente crescimento.

Despesas Operacionais: atingiram, em 2015, **R\$ 35.441**, mostrando um perfil diferente do apresentado nos três últimos exercícios, basicamente por conta do crescimento, mais que proporcional, das despesas com pessoal, além da contratação de serviços especializados que visam dar suporte ao crescimento sustentável da empresa.

Lucro/Prejuízo Líquido: A companhia encerrou o exercício de 2015 com prejuízo líquido de R\$ 10.529, sendo R\$ 1.458 referente às atividades do exercício de 2015 e R\$ 9.071 referente às Provisões de Créditos de Liquidação Duvidosa. Esse desempenho, comparado ao lucro de R\$ 10.087, obtido no exercício de 2014, reflete o quadro de desaquecimento da economia, de um modo amplo, e, em particular, do segmento onde a Sondotécnica atua.

Análise das Principais Contas do Ativo

- Caixa e equivalente de caixa: em 2015, os valores representativos da conta caixa e equivalentes de caixa atingiu **R\$ 24.944**, o que corresponde a um decréscimo de 25% em relação a 2014.

- Faturas a Receber/ Serviços a Faturar: totalizaram, em 2015, **R\$ 12.364**, montante compatível com o nível de atividade da Empresa no exercício.

- Contas a Receber/Serviços a Faturar: essas rubricas (tomados valores a curto e longo prazo) totalizaram, em 2015, **R\$ 9.093**.

- Investimentos: atingiram, em 2015, **R\$ 17.054**, contra **R\$ 14.658**, em 2014.

Análise das Principais Contas do Passivo

- Dividendos/ Juros sobre capital próprio: para o exercício de 2015 não foram apurados dividendos mínimos devido ao prejuízo do exercício.

- Contas a Pagar: registraram um montante de **R\$ 5.308**, contra **R\$ 5.059**, em 2014.

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes da receita

As receitas geradas pela companhia resultam, exclusivamente, de contratos de prestação de serviços.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nenhum fator relevante a registrar

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os contratos firmados pela Sondotécnica, na sua quase totalidade, contém cláusulas de atualização monetária que os protegem contra variações de preços decorrentes do processo inflacionário (atualizações pela coluna 39 da FGV e índice IPCA).

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Valem as observações registradas no item “b” acima

10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não ocorreram fatos dessa natureza no período de que trata este documento.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável

10.4 – Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às determinações contidas na Lei das Sociedades por Ações, Normas e Instruções da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Registre-se, ainda, que as demonstrações contábeis para o exercício de 2011 foram as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs. A Companhia adotou todas as normas, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2015.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A aplicação das normas referidas na alínea precedente não impactou os valores já apresentados nas demonstrações contábeis da Empresa.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve

10.5 – Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão de moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas nas experiências e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas são reconhecidos no período em que revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Também a registrar que os serviços a faturar representam direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados.

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os investimentos societários são avaliados pelo método da equivalência patrimonial; o imobilizado registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Empresa, ou exercidos com essa finalidade.

Quanto aos passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

Por fim, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em atendimento à Lei das Sociedades por Ações e às normas da CVM. Compreendem a Sondotécnica Internacional Co, com participação de 100% e a Sondotécnica Tecnologia Ltda, com participação de 99,31%. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre empresas.

10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia exerce permanente controle, através de um conjunto de normas e procedimentos que vêm sendo continuamente aperfeiçoados, reforçado por um sistema de controles interno – monitorado pelos auditores internos da companhia - que abrange desde a preparação até a divulgação dos demonstrativos contábeis.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os controles utilizados pela companhia são regularmente avaliados por Auditores Independentes não tendo sido identificadas quaisquer deficiências capazes de afetar a confiabilidade das informações.

10.7 – Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não aplicável

10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Não foram detectados, nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quaisquer itens fora do balanço que tenham apresentado, ou possam vir a apresentar, efeitos relevantes sobre os números registrados pela companhia.

i. arrendamento mercantis operacionais, ativos e passivos.

Não se aplica

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Não se aplica

iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

Não se aplica

iv. contratos de construção não terminada

Não se aplica

v. contratos de recebimento futuros de financiamentos

Não se aplica

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Ver respostas no item 10.8

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Ver respostas no item 10.8

10.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

O plano de negócios da Sondotécnica não contempla investimentos dignos de registro ou quaisquer desinvestimentos capazes de alterar a sua estrutura patrimonial ou a capacidade de geração de receitas da Companhia.

10.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica

12.6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor:

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f-g) Datas de Eleição e Posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros Cargos	j) Eleito p/Controlador
Jaime Rotstein	83	Engenheiro	003.520.127- 49	Presidente do Conselho	30/04/2015	Até AGO/2016	Diretor- Presidente	Não
Cristina Coelho M. Freitas	54	Empresária	665.812.147-87	Conselheira	30/04/2015	Até AGO/2016		Não
Carolina Rotstein Schor	30	Empresária	087.091.507-06	Conselheira	30/04/2015	Até AGO/2016		Não

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não se aplica

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer currículo:

JAIME ROTSTEIN – Graduado em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1951 e diplomado pela Escola de Superior de Guerra em 1965. É Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A. Ele é o fundador da Companhia (1951), e em sua experiência profissional de mais de 50 anos ocupou várias posições diferentes, entre as quais: membro da Comissão Nacional de Energia, entre 1986 e 1989; membro do Grupo Coordenador de Conservação de Energia (GCCE) e do Programa de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), em representação à Confederação Nacional do Comércio, em 1991; membro fundador da Academia Nacional de Engenharia, também em 1991; Secretário Executivo do Comitê Contrato com o Brasil, movimento promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, associada a outras entidades e clubes de serviço, de 1997 a 1999; Patrono do Programa Memória do Saneamento Ambiental da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, em 1999 e fundador da referida entidade; membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMUDES / Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro, de 1999 a 2000; membro do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e da BR - Petrobras Distribuidora S.A., de 1999 a 2002; e membro do Conselho Empresarial de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e do Centro Industrial do Rio de Janeiro, a partir de 7 de fevereiro de 2000 até o presente. Agraciado com o título de “Engenheiro do Ano de 2010”, concedido pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

CRISTINA COELHO MADEIRA DE FREITAS – Graduada em Odontologia pela Universidade Federal Fluminense em 1980. Empresária na área de saúde. Desde 2009 integra o Conselho de Administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S/A.

CAROLINA ROTSTEIN SCHOR – Graduada em Direito pela Universidade Cândido Mendes. Ingressou no Escritório H.B. Cavalcanti e Mazzillo Advogados em 2002, na área contenciosa cível, onde permaneceu até dezembro de 2006. Empresária do ramo de comércio desde dezembro de 2007. Desde 2009 integra o Conselho de Administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S/A.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores:

Não houve condenações.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

A Conselheira Carolina Rotstein Schor é neta de Jaime Rotstein – Presidente do Conselho e acionista controlador da Companhia.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.

Não se aplica

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não se aplica

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não se aplica.

13. Remuneração dos Administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Sondotécnica está alinhada com o que é praticado no mercado de consultoria de engenharia. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente relacionada com as funções e responsabilidades de cada membro do conselho e diretoria.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles Remuneração fixa: pró-labore (Conselho de Administração e Diretoria) com o objetivo de diferenciar e reconhecer refletindo o valor de cada cargo.

Participação nos lucros: dos lucros que remanescerem, depois de deduzidas as participações de que trata o artigo 33 do estatuto da companhia, será destacada uma cota de até 10% (dez por cento) para participação dos Administradores, cujo rateio entre seus membros será decidido em reunião específica do Conselho de Administração, observado o que dispõe o Art. 152 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404 de 15/12/76.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total Conselho de Administração e Diretoria:

100% remuneração fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

A Assembleia Geral fixa o montante global ou individual da Remuneração dos Administradores, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no Mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

Vide resposta do item (iii)

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os elementos da remuneração são definidos levando-se em conta as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, competência e reputação profissional.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A companhia não se baseia unicamente em indicadores formais de desempenho para remuneração dos seus administradores.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

Não se aplica

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não se aplica

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não se aplica

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Discriminação	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	2015/2014/2013	Previsto	2015/2014/2013	Previsto	2015/2014/2013	Previsto
Número de membros	3	3	5	5	n/a	n/a
Remuneração fixa	24.000,00	24.000,00	n/a	n/a	n/a	n/a
Salário/Pró-labore	24.000,00	24.000,00	1.080.000,00	1.080.000,00	n/a	n/a
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados (Gratificação)	0,00	0,00	480.000,00	480.000,00	n/a	n/a
Participações em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor mensal da remuneração	2.000,00	2.000,00	130.000,00	130.000,00	n/a	n/a
Total	24.000,00	24.000,00	1.560.000,00	1.560.000,00	n/a	n/a

14. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Discriminação	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	2015/2014/ 2013	Previsto	2015/2014/ 2013	Previsto	2015/2014/ 2013	Previsto
Número de membros	3	3	5	5	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	n/a	n/a	n/a
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

14.1 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não se aplica

14.2 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Administradores	Cargo	Ações Detidas Diretamente	Ações Detidas Indiretamente
Jaime Rotstein	Presidente do Conselho de Administração	1.123.252	205.800
Cristina Coelho Madeira de Freitas	Conselheira de Administração	2.001	0
Carolina Rotstein Schor	Conselheira de Administração	2.001	0
Homero Valle de Menezes Côrtes	Diretor	09	0
Fabio Bergman	Diretor	10.006	0
Luiz Antonio Moreira Sant'Anna	Diretor	0	0
José Antonio Mazzoco	Diretor	0	0
Total		1.137.269	205.800

14.3 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica.

14.4 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não se aplica.

14.5 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não se aplica.

14.6 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não se aplica.

14.7 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não se aplica.

14.8 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Discriminação	Conselho de Administração	Diretoria
	2015/2014/2013	2015/2014/2013
Número de membros	3	5
Valor da maior remuneração individual	1.000,00	30.000,00
Valor da menor remuneração individual	1.000,00	15.000,00
Valor médio de remuneração individual	1.000,00	18.000,00

14.9 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não se aplica

14.10 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não se aplica

14.11 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não se aplica

14.12 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não se aplica

14.13 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações julgadas indispensáveis encontram-se expressas nos itens anteriores.

RIO DE JANEIRO

Rua Voluntários da Pátria, 45
salas 501 a 504, 7º ao 9º andar e salas 1001 a 1003
Botafogo Rio de Janeiro RJ 22270-900
Tel.: 55.21.2102 7100 Fax: 55.21.2527 9807
sondotecnica@sondotecnica.com.br
CNPJ: 33.386.210/0001-19

SÃO PAULO

Av. Rouxinol, 55 - 10º andar
Salas 1001 a 1007 - 1013 e 1014
São Paulo SP 04516-000
Tel.: 55.11.3054 6030 Fax: 55.11.3054 6036
sondosp@sondotecnica.com.br
CNPJ: 33.386.210/0011-90

BRASÍLIA

SCS, Quadra 1, Bloco G
Edifício Baracat, Sala 903
Brasília DF 70309-900
Tel.: 55.61.3223 2916 Fax: 5.61.3223 2918
sondotecnica@sondotecnica.com.br
CNPJ: 33.386.210/0038-00